

boletim da cejuv

EDIÇÃO DO PARTIDO FRÉLIMO NÚMERO 51 AGOSTO/96 PREÇO: 3000,00MT



DOCUMENTOS

Boletim da Célula

*

PARTIDO FRELIMO

Departamento do Comité Central
para a Mobilização e Propaganda
Sector de Informação

Endereço

Sede do Comité Central do Partido FRELIMO
Rua Pereira do Lago
Telefones: 49 01 81/9
MAPUTO

*

CAMARADA

O "Boletim da Célula" existe para divulgar as tuas experiências no trabalho do Partido, esclarecer as tuas dúvidas e elevar os teus conhecimentos teóricos.

Escreve-nos ou telefona-nos para nos transmitires:

- a tua experiência concreta
- as tuas críticas
- as tuas sugestões

SUMÁRIO

- 3 — NOTA DE ABERTURA
- 4 — RESOLUÇÕES SOBRE A ANÁLISE GERAL DA SITUAÇÃO POLÍTICO-ECONÓMICA E SOCIAL DO PAÍS
- 7 — "... A SATISFAÇÃO DAS NECES-SIDADES DAS CAMADAS MAIS DESFAVORECIDAS É PREO-CUPAÇÃO PERMANENTE DA FRELIMO ..."
- 9 — RESOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DO PARTIDO
- 11 — O PARTIDO FRELIMO E A BANCADA PARLAMENTAR
- 12 — UNIDADE NACIONAL
- 14 — RESOLUÇÃO SOBRE A CONSOLIDA-ÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS OUTROS PARTIDOS E POVOS
- 16 — RECOMENDAÇÕES SOBRE O VII CONGRESSO
- 20 — COMUNICADO FINAL

NOTA DE ABERTURA

O Departamento do Comité Central para a Mobilização e Propaganda reinicia, a partir deste número a edição do Boletim da Célula.

Decorreram sensivelmente seis anos desde que a última edição chegou às mãos dos militantes. Vivíamos, então, no país a efervescência do fim da guerra, o entusiasmo do advento da paz. Depois, vieram as eleições gerais multipartidárias.

Era uma etapa decisiva na vida do nosso Partido. Havia que conjugar o esforço de todos os militantes, dos quadros do aparelho do nosso Partido, concentrá-lo na direcção principal: a erradicação dos germes da violência no nosso país e a garantia do triunfo eleitoral do nosso Partido.

Foi um esforço gigantesco dos militantes e quadros da FRELIMO e permitiu que, uma vez mais, felizes festejássemos com o povo a nossa vitória.

Hoje, ao reeditarmos este Boletim, fazemo-lo com a mesma convicção de sempre, de que irá servir de instrumento valioso no trabalho dos nossos militantes junto das massas.

O lançamento deste número ocorre logo após a realização da VI Sessão do Comité Central da FRELIMO que decorreu de 8 a 11 de Maio, na Matola. Foi uma reunião que decorreu numa atmosfera de franco optimismo. Os membros do Comité Central constataram que o processo de reorganização interna do Aparelho do Partido iniciada na V Sessão deste órgão, realizada dez meses antes, já está a produzir resultados positivos.

Por outro lado, a VI Sessão revestiu-se de uma importância particularmente relevante para o nosso Partido ao decidir que o VII Congresso da FRELIMO tenha lugar em simultâneo com o processo de preparação e realização das eleições municipais, no próximo ano de 1997.

Trata-se, sem dúvidas, de uma demonstração inequívoca da maturidade do nosso Partido. Um desafio para o qual todos os militantes da FRELIMO são chamados, uma vez mais, a dar o melhor de si, sem triunfalismos, mas com a mesma serenidade e espírito sempre renovado com que temos escrito as páginas mais gloriosas do nosso Partido.

Retomemos, pois, camaradas o estudo e aprofundamento dos documentos do nosso Partido para deles munirmo-nos de instrumentos que contribuam para buscarmos soluções dos problemas que afectam a nossa sociedade.

Recomendações sobre análise geral da situação política económica e social do país

O Comité Central do Partido FRELIMO reunido nos dias 8 a 11 de Maio de 1996, na cidade da Matola, Escola do Partido, sob a direcção do Camarada Presidente Joaquim Chissano, apreciou o relatório da Comissão Política à VI Sessão do Comité Central e decidiu pela criação de um grupo de trabalho presidido pelo Camarada Armando Emílio Guebuza, membro da Comissão Política do Comité Central composta por 25 camaradas.

O grupo numa apreciação profunda, procedeu à radiografia da situação política, económica e social do país, sua origem e reflexos na sociedade, e mereceu palavras de elogio de todos os camaradas que intervieram neste tema.

Para melhor apreciação e enquadramento das questões suscitadas, o grupo seguiu essencialmente a estrutura do documento base, designadamente:

— Situação política do país, situação económica, situação social, governação e órgãos do Estado, municipalização e política externa.

DA SITUAÇÃO POLÍTICA DO PAÍS

O problema central na análise da situação do país consistiu na questão da unidade nacional. Com efeito, a unidade nacional foi sempre o elemento-chave na constituição da FRELIMO, arma principal para o derrube do jugo colonial português e na implantação do

poder popular, em todo o território nacional, foi ela que permitiu a libertação da terra e dos homens e resistiu aos elementos desagregadores da nossa força principal, em especial do tribalismo, regionalismo e racismo.

A história dos nossos feitos, as façanhas dos nossos heróis e tudo quanto fizemos de sublime na luta libertadora teve, sempre, como traço de união, a unidade nacional. Ninguém perguntava "para onde vou" e todos se sentiam igualmente moçambicanos nesta gesta libertadora.

Foi com o nosso exemplo de unidade nacional que nos constituímos num dos factores catalisadores e mobilizadores para os países da região que igualmente se libertaram da opressão colonial e do "apartheid". A história ensinou-nos, com tributo de sangue, que sempre que vacilamos na unidade nacional o preço foi enorme, e em todas as províncias do país jazem camaradas nossos de todo este nosso extenso Moçambique, porque a cegueira e o oportunismo de alguns nos dividiu e dificultou a missão.

Desde os primórdios da constituição da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), até sensivelmente à realização do V Congresso os factores desagregadores da nossa unidade nacional foram superados pelo papel dirigente do nosso Partido. Porém, com a problemática da guerra que afrouxou o processo da formação da nação, influenciando negativamente nas bases até então criadas do cimento da unidade nacional, a necessidade



do entendimento e da reconciliação nacional constituíram o ambiente para que se cometessem alguns erros na aplicação da questão de equilíbrio tribal, regional e rácico.

Esta realidade actual, leva-nos, porém, a concluir que qualquer entendimento ou compreensão do conceito de unidade nacional, para o caso de Moçambique, que se furtar de que a unidade nacional ultrapassa a simples junção ou representatividade dos diferentes grupos tribais, étnicos, regionais ou rácicos nos diferentes níveis da organização da nossa sociedade e que a unidade nacional é a matéria prática de estar e de como o povo enfrenta e resolve os seus problemas, corre sérios riscos de facilitar tendências divisionistas e de oportunismo político de certas camadas da nossa sociedade.

O nosso Partido FRELIMO deve retomar a sua arma principal na esteira da sua tradição a unidade nacional, para que todos os moçambicanos se empenhem com patriotismo na tarefa exaltante da reconstrução da pátria dilacerada pela guerra que destruiu o país, na certeza de que na terra generosa

moçambicana, todos são necessários e há lugar para todos, em igualdade de direitos, pois, qualquer torrão da terra moçambicana é igualmente de todos nós, para que assim e em espírito de reconstrução nacional contribuamos decisivamente para o desenvolvimento e progresso do país.

O Comité Central recomenda que a escolha e afectação dos quadros a vários níveis tenha como imperativo, o patriotismo, a qualidade humana, a competência, honestidade e experiência.

O Comité Central analisou, com muito apreço o papel desempenhado pela bancada parlamentar da FRELIMO e exortou os seus camaradas para prosseguirem com abnegação a sua tarefa em prol da dignificação do nosso Partido e na satisfação dos legítimos anseios do nosso eleitorado e do povo em geral.

DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

O aspecto que mereceu profundo debate foi o processo de privatização das empresas em especial no que respeita a necessidade de

acautelar o interesse nacional e da protecção do empresariado nacional.

O processo de privatização deve ter em vista a viabilização económica das empresas e não a mera angariação de receitas com a sua alienação, porque só deste modo se poderá potenciar a participação do sector empresarial no desenvolvimento do país, na criação da riqueza, na manutenção e alargamento dos postos de trabalho, produção de bens e serviços.

A privatização dos dois bancos do Estado, Banco Comercial de Moçambique e Banco Popular de Desenvolvimento constituiu preocupação do Comité Central tendo instado o governo para se acautelarem os superiores interesses nacionais, a necessidade de sempre que possível, obter o concurso dos cidadãos com suas poupanças para que deste modo se retenha o carácter nacional das instituições.

É fundamental que em todo este processo da privatização dos Bancos o Governo tome em consideração a necessidade de manter o apoio e financiamento ao sector rural em benefício dos camponeses nas campanhas agrícolas, para combate à fome e miséria.

De igual modo, o Governo deve analisar o interesse da privatização de importantes sectores da economia nacional, em especial dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), pela importância estratégica e da soberania que empresas com Bandeira Nacional representam.

O aspecto que mereceu igualmente atenção foi o da comercialização agrária.

Nas zonas rurais a pedra de toque da governação são coisas concretas e em especial como está organizada a comercialização agrária, daí a urgente necessidade da reposição da rede comercial, do aprovisionamento em utensílios e de sementes, da comercialização atempada e do escoamento dos produtos.

É factor importante na saúde de um país que as suas vias de comunicação funcionem, pelo que é prioritário que o governo dê atenção

à reabilitação, fiscalização e manutenção das estradas e pontes, a funcionalidade dos portos e da navegação costeira.

Na protecção da população mais vulnerável, é fundamental que o Governo reforce, entre outras medidas, a fiscalização dos preços em especial dos produtos de primeira necessidade de modo a impedir o agravamento do custo de vida.

Para as restantes zonas do país, a movimentação de pessoas e bens é agravada pelos custos de transportes e dificuldades das vias de acesso. Ao Governo caberá dar atenção prioritária à resolução deste problema.

SITUAÇÃO SOCIAL

Dentro da tradição do nosso Partido, no aspecto social, a questão da promoção da satisfação das necessidades sempre crescentes do nosso povo, e em especial das camadas mais desfavorecidas, é matéria que diz respeito à saúde, educação e bem-estar social. Assim o nosso governo deve encontrar mecanismos para que o acesso às consultas, tratamento e internamento hospitalar seja permitido às camadas mais desprotegidas.

«... A SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DAS CAMADAS MAIS DESFAVORECIDAS É PREOCUPAÇÃO PERMANENTE DA FRELIMO ...»

O Comité Central apreciou e congratulou o Governo pelo esforço já realizado na reabilitação da rede sanitária e na construção de novos postos de saúde. De igual modo foi enfatizado o esforço do Governo na construção e reabilitação de escolas permitindo um crescimento inaudito na oferta de mais salas de aulas.

O Comité Central exortou o Governo para estudar a viabilidade de um fundo de acção social extensivo ao ensino primário e secundário principalmente nas zonas rurais.

O Comité Central constatou com apreensão a degradação na sociedade dos valores morais e cívicos. Considerou ser urgente a todos os níveis e por iniciativa do nosso Partido que se organizem seminários e debates para a juventude para discussão de temas como a droga, a prostituição, o crime, etc.

É fundamental que a nossa Juventude encontre no desporto, nas actividades culturais e recreativas, a ocupação dos seus tempos de lazer e desse modo se guie pelos princípios éticos e morais de que a nossa sociedade se orgulha.

GOVERNAÇÃO E ÓRGÃOS DO ESTADO

O Comité Central constatou que um dos grandes desafios da governação é a organização do Estado:

Neste sentido o Comité Central instruiu o Governo para prosseguir as acções conducentes à reestruturação dos governos provinciais e distritais para melhor democratização da administração pública e melhor servir os interesses da população e em obediência ao reforço da unidade nacional.

O Comité Central analisou o papel desempenhado desde a Independência Nacional pelos grupos dinamizadores na extensão do poder popular.

Este foi um esforço positivo conseguindo manter o exercício do poder mesmo nas fases mais difíceis da nossa história.

Assim, há que valorizar e reter o papel dos grupos dinamizadores.

As autoridades tradicionais são reconhecidas pelo nosso Partido e elas devem inserir-se na dinâmica do poder existente e em obediência aos interesses nacionais e aos factores agregadores da unidade nacional.

MUNICIPALIZAÇÃO

O Comité Central ao analisar a situação do país caracterizada pela destruição das infra-estruturas, dos seus problemas económicos, do reassentamento das populações consequente da guerra de desestabilização, constatou que a abordagem da problemática da municipalização deverá ter em conta o país real em que vivemos.

A municipalização do país não pode ser feita copiando-se modelos mais ou menos estereotipados. A municipalização deve obedecer a um certo gradualismo, atentos ao desenvolvimento local e a capacidade de manutenção da soberania e da unidade nacional.

O Comité Central recomendou que medidas concretas e no mais curto prazo possível, sejam tomadas no sentido da substituição daqueles quadros que se encontram na direcção dos actuais conselhos executivos

que pela sua prática e desempenho têm manchado a imagem de nosso Partido e Governo.

Esta substituição visará criar uma nova imagem de competência e de confiança junto do eleitorado.

O ano de 1997 será o ano das eleições municipais. Retomemos o ensinamento do nosso Partido, segundo o qual a vitória prepara-se, a vitória organiza-se.

POLÍTICA EXTERNA

O Comité Central apreciou o trabalho realizado pelo nosso Partido e Governo na acção do estreitamento e reforço das relações de cooperação tanto nos países da região como nos do resto do mundo.

O Comité Central recomenda que o Partido retome os laços de amizade e cooperação com os partidos amigos, mormente os que nos apoiaram durante a luta de libertação nacional e com aqueles que, lado a lado, combatemos para a libertação dos respectivos países.

CONCLUSÃO

A riqueza e a profundidade dos debates havidos no grupo de trabalho ultrapassaram a simples análise do tema proposto.

Neste sentido, o grupo recomenda que o nosso Partido e o nosso Governo deverão dar a atenção à organizações sindicais, juvenis, das mulheres e sócio-profissionais que foram fruto do papel de vanguarda da FRELIMO para que encontrem nas nossas orientações uma fonte inspiradora do seu trabalho.

O Comité Central congratulou-se e felicitou o Camarada Presidente Joaquim Alberto Chissano, pelas acções desenvolvidas no reforço da Paz, Unidade Nacional, consolidação da democracia multipartidária, reconciliação nacional e na auscultação dos vários sectores da sociedade civil e, no plano externo, as acções conducentes à Paz e estabilização na região e ao desenvolvimento económico e social de Moçambique.

Ao finalizar o grupo reitera a sua saudação ao Camarada Presidente, à Comissão Política e ao Secretariado do Comité Central pela profundidade, riqueza e acuidade dos temas que nos foram submetidos nesta VI Sessão do Comité Central e exorta que todos os camaradas nas várias frentes de combate saibam, criadoramente, fazer reviver e pôr em prática o ambiente aqui vivido para um futuro melhor desta Pátria de Mondlane, Samora e Chissano.

**CONSOLIDAR A PAZ,
A UNIDADE,
A DEMOCRACIA
E RECONSTRUIR O PAÍS**

RESOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DO PARTIDO

O Comité Central do Partido FRELIMO, debruçou-se sobre a situação do Partido.

Constituíram documentos de base os relatórios do Secretariado do Comité Central, do Departamento de Finanças e das Comissões para a Paz e análise da situação política.

Os relatórios apresentados retrataram, entre outras, as seguintes questões.

a) O Partido: funcionamento, imagem,

situação financeira e patrimonial e sua inserção na sociedade;

b) O Partido e a governação;

c) O Partido e a Bancada Parlamentar;

d) A Unidade Nacional.

Os membros do Comité Central e convidados saudaram os relatórios apresentados e, duma maneira particular, o do Secretariado do Comité Central, bem como o esforço desenvolvido por este ao longo dos últimos 10 meses do exercício do seu mandato.



Há uma nova dinâmica no Partido graças ao trabalho de reorganização interna realizado a partir da V Sessão do CC

CONSTATAÇÕES

Os membros do Comité Central constataram entre, outros, os factos que a seguir se apontam:

- o fraco desempenho dos órgãos do Partido, sobretudo ao nível da célula, não obstante o notório crescimento numérico registado;
- a fragilidade económico-financeira que inspira alguma preocupação, agravada pelas dificuldades existentes na cobrança de quotas;
- o ressurgimento do fenómeno do regionalismo, tribalismo, localismo e racismo;
- a persistência de comportamentos pouco exemplares de alguns membros.

O PARTIDO FRELIMO E A GOVERNAÇÃO

Uma cada vez melhor articulação entre o Partido e o Governo tem vindo a registar-se com avanços crescentes desde os primeiros meses deste exercício.

É no entanto preciso reforçar e institucionalizar mecanismos que visem:

- a) Assegurar os fluxos de informação entre o Partido e o Governo;
- b) Assegurar a governação efectiva e respectiva responsabilização política do Partido.

A FRELIMO, como Partido no Governo, tem de encarar com seriedade o problema do burocratismo que impera na prestação de serviços públicos, aliado à falta de moralidade e ética, o que põe em causa a credibilidade do Governo e do Partido em relação ao povo.

A abordagem sobre as chefias tradicionais e sua integração na administração pública, bem como a influência das associações dos "naturais e amigos" aos níveis distritais e comunitário, deverá equacionar a questão do futuro dos grupos dinamizadores. É imperativo

avaliar os custos políticos que poderão advir da sua marginalização, e consequente substituição mecânica pelos primeiros.

Existem também problemas de administração pública e de administração da justiça que se reflectem negativamente na apreciação que a população faz do governo da FRELIMO.

Os aspectos a referir consubstanciam:

- a) A insuficiente actuação dos órgãos responsáveis pela administração da justiça;
- b) A alegação de corrupção na administração pública;
- c) A fraca prestação dos serviços de saúde e educação;
- d) A subida constante dos preços dos bens de primeira necessidade, e a fraca fiscalização pelas autoridades competentes;
- e) A deficiente prestação do serviço de transporte público, sobretudo nas cidades;
- f) A dificuldade de aquisição de factores de produção e o escoamento e comercialização dos excedentes da produção dos camponeses.

O PARTIDO FRELIMO E A BANCADA PARLAMENTAR



O Comité Central enalteceu a importância de coordenação permanente entre o Partido, o Governo e a Bancada Parlamentar que visa criar um ambiente de aproximação e harmonização da acção.

O Comité Central constatou que os salários dos quadros do Aparelho do Partido não encorajam a participação efectiva no trabalho que se pretende vitorioso.

O Comité Central constatou com preocupação a existência de alguns deputados que, nesta qualidade, foram afastados dos seus cargos nos seus locais de trabalho.

O Comité Central enfatizou a importância de pagamento de quota de membro do Partido.

UNIDADE NACIONAL

A problemática da Unidade Nacional foi um dos assuntos debatidos pelos membros do Comité Central nesta sessão.

Ao fazê-lo os membros do Comité Central constataram que a Unidade Nacional, a nossa principal arma nas lutas travadas contra o colonialismo, a agressão externa e o inimigo interno, se encontra actualmente ameaçada.

Os nossos adversários de hoje, os partidos políticos da oposição, têm pautado por uma conduta aberta contra a nossa Unidade Nacional. Por outro lado, os fenómenos do regionalismo, tribalismo, localismo e racismo que se registam no seio do nosso Partido, põem igualmente em causa a nossa coesão.

A título de exemplo, alguns militantes e dirigentes, sob o pretexto da necessidade do equilíbrio étnico e regional, colocam em primeiro lugar a origem, em prejuízo da qualidade, capacidade e real militância dos seus camaradas.

RECOMENDAÇÕES

1. As células do Partido deverão funcionar nos locais de trabalho e de residência, devendo ser acompanhadas de órgãos competentes.

2. Recomendou-se igualmente que as células deverão ser municiadas com documentos do nosso Partido tais como:

- O Manual da Célula
- Boletim da Célula
- Jornal N'goma e outros.

3. O Comité Central recomenda estruturar as células do Partido em moldes associativos para motivar a participação dos militantes nas

tarefas do Partido e dos cidadãos na realização do nosso programa de governação.

4. O Comité Central recomenda a continuidade de encontros da Direcção do Partido, Governo e a Chefia da Bancada.

5. O Comité Central recomenda ainda que o trabalho iniciado pelo Camarada Presidente junto à sociedade civil se estenda às ODM's (Mulher, Juventude e Crianças).

6. O Comité Central recomenda ao governo que reforce a capacidade institucional dos órgãos da administração da justiça.

7. O Comité Central decide a extinção do Banco de Solidariedade e utilização dos fundos remanescentes em acções de solidariedade, e recomenda ao seu Secretariado para estudar as modalidades de criação de um fundo de segurança social para os membros do Partido contribuintes.

INCENTIVAR O ESPÍRITO ASSOCIATIVO NA CÉLULA

O funcionamento das estruturas de base do Partido continua a constituir grande preocupação nossa na medida em que, como afirmou o camarada Presidente Chissano na cerimónia da abertura da VI Sessão do Comité Central, «é no aperfeiçoamento da capacidade e dos métodos de trabalho que iremos reforçar a célula, o círculo, o Comité da zona...».

Apesar de não ser nova esta reflexão é sempre actual.

Na fase actual esta preocupação é ainda maior, pois, no novo contexto político multipartidário é frequente os nossos militantes, na realização do seu trabalho junto das massas, se depararem com a acção de outras forças políticas actuando sobre a mesma população (grupo alvo).

Por outro lado, os dados estatísticos mais recentes demonstram que o nosso Partido cresce cada vez mais. É cada vez maior o número de novos ingressos nas fileiras da FRELIMO: uns que se iniciam na vida política e outros que abandonam os outros partidos desiludidos com promessas vazias, juntando-se à FRELIMO.

É preciso, então, que ao nível da base reforçemos o grau de organização do nosso Partido. Repensarmos permanentemente sobre o funcionamento das células; adequarmos os métodos de trabalho, o espírito de relacionamento entre os militantes, a articulação entre as células e entre estas e os órgãos imediatamente superiores.

O maior esforço de cada militante da FRELIMO na fase presente deve ser direccionado no sentido de elevar o prestígio do nosso Partido junto da população e fazer prevalecer o espírito de reconciliação nacional e harmonia social.

Nesta perspectiva, ao nível das células do Partido, o que fazer em termos concretos?

Evidentemente que a resposta a esta questão só pode ser encontrada no terreno real, no cenário específico onde cada célula se insere e actua.

Mas, acima de tudo, é preciso tornar mais simplificada a actividade das células do Partido, evitar a rotina das reuniões, privilegiando no máximo o contacto directo e espontâneo com a população.

É nesta perspectiva que se fala do associativismo nas células do Partido. Trata-se de tornar as nossas células locais onde qualquer cidadão, não importa que não seja membro da FRELIMO, possa conviver de forma salutar, trocar impressões de forma aberta, questionando ou procurando soluções para os problemas concretos do dia-a-dia.

O esquema de pagamento das quotas de membros do Partido pode também ser simplificado mas ao mesmo tempo mais eficiente.

O Secretariado da Célula pode, por exemplo, organizar uma caixa de colecta de fundos destinados a apoiar cerimónias de luto ou ocasiões festivas onde a percentagem correspondente à quotização de cada membro seja encaminhada para os canais respectivos.

A VITALIDADE DO PARTIDO DEPENDE DE TODOS NÓS

RESOLUÇÃO SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS OUTROS PARTIDOS E POVOS

O Comité Central do Partido FRELIMO apreciou os desenvolvimentos nas Relações Exteriores em particular no que concerne à consolidação das relações com os outros partidos e povos.

O Comité Central considera ser fundamental priorizar nas relações com os partidos e povos os seguintes aspectos:

1. Continuar esforços no sentido de angariar mais apoios para o projecto político, em particular o programa de governação do Partido;
2. Privilegiar as relações que estimulem a cooperação; e
3. Pugnar cada vez mais pelo respeito dos princípios que norteiam as Relações Internacionais em especial, os de não ingerência nos assuntos internos de cada país e solidariedade entre os povos, pois, continuam sendo pilares, garantias de paz e estabilidade mundiais.

Neste contexto, dada a necessidade de redefinir e reforçar a cooperação internacional, o Comité Central delibera:

1. Incentivar acções que visem um maior conhecimento do nosso Partido e da sua linha política no exterior;

2. Instruir os órgãos executivos do Partido, o Governo e a Bancada Parlamentar, para no âmbito da política externa incentivar a defesa dos princípios de solidariedade e, da não ingerência nos assuntos internos de cada país;

3. Incentivar acções que visem, a angariação de apoios que contribuam para minimizar as dificuldades da população e, que garantam a implementação do nosso projecto de sociedade;

4. Incentivar maior coordenação entre os sectores que tratam das questões de política externa no Partido, Governo e na Bancada Parlamentar;

5. Redobrar esforços de utilização de todos os quadros e militantes do Partido, nas acções da política externa, quer nas suas deslocações para o exterior, quer na recepção de delegações que visitam o nosso país;

6. Prestar maior atenção no estreitamento das relações com os partidos e povos africanos em particular, com os da África Austral;

7. Reforçar o envolvimento dos Comités provinciais e distritais das zonas fronteiriças, nas acções de política externa, prestando maior atenção, às relações já existentes, devendo o Secretariado do Comité Central produzir instruções necessárias;

8. Instruir a Comissão de Relações Exteriores do Comité Central para, em coordenação com o Secretariado do Comité Central, participar na revisão e na elaboração de novos acordos de cooperação com outros Partidos e Organizações Internacionais;

9. Dedicar maior atenção a acções que promovam a base material e financeira do Partido, nomeadamente, a cooperação económica na base do princípio de reciprocidade de benefícios.

O Comité Central considera de elevada importância, a consolidação do prestígio do Partido FRELIMO na região e no mundo, devendo participar activamente, na prevenção e resolução de conflitos, bem como, nos esforços para o desenvolvimento económico e social.

RECOMENDAÇÕES SOBRE O VII CONGRESSO

O longo e complexo processo de transformações política, económica e social que decorrem no nosso país por iniciativa do nosso Partido sugere uma acção cada vez mais actuante e presente no reforço à vitalidade por uma melhoria no grau de acompanhamento e de apoio à sua base social.

Havendo a necessidade de se ajustar o Partido FRELIMO a uma dinâmica própria de uma democracia multipartidária, e para implementação das decisões da V Sessão do Comité Central e ao abrigo do artigo 23, nº 1 dos Estatutos, o VII Congresso surge como o momento mais alto de preparação de uma estratégia comum que envolve uma acção de quadros, militantes e simpatizantes do nosso Partido em torno da sua Direcção conducente a uma intervenção pública da FRELIMO em todas as esferas da sociedade, tendo em conta os aspectos sócio-culturais da sociedade moçambicana.

O VII Congresso que decorrerá de 19 a 24 de Maio de 1997 em Maputo significa, para todos nós, o reencontro no desejo de vermos reforçada a actividade desta nossa grande família que é a FRELIMO.

FRELIMO, uma força grande, adulta mas

sempre jovem, que pugna por uma sociedade cada vez mais democrática, por um Estado de direito e de justiça social.

VII CONGRESSO: CONTEÚDO

O sucesso pressupõe o envolvimento de todos os militantes e simpatizantes do nosso Partido e a população em geral, nas mais variadas frentes de actividade política, económica social, cultural e de governação. Para tal, as teses do Congresso devem reflectir na sua diversidade as preocupações da actualidade em defesa da sua base social de modo a possibilitar que toda a sociedade participe neste processo de forma consciente, em prol do desenvolvimento e consolidação do projecto de construção da Nação Moçambicana de que a FRELIMO assume a responsabilidade histórica.

A Comissão Política é delegada a

responsabilidade de concepção e elaboração das teses, bem como a definição da composição dos delegados ao VII Congresso.

ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

Na prossecução da estratégia do Partido para o VII Congresso, a Comissão Política dirigirá todo o processo de preparação. Todavia, a acção executiva será garantida pelo Secretariado do Comité Central que, na medida das necessidades, vai enquadrando quadros para o seu reforço.

O Secretário Geral é o coordenador de todo este processo.

Anível provincial o processo de preparação do VII Congresso é dirigido pelo Secretariado do respectivo Comité. É igualmente salutar reforçar esta acção coordenativa com outros quadros do Partido.

A Comissão Política afectará a cada província um dos seus membros especificamente para este efeito.

FASES DE PREPARAÇÃO

A experiência do VI Congresso revelou-se onerosa em termos de recursos financeiros e materiais. Desencadear este processo do topo à base permite à partida a aplicação não adequada da Directiva sobre a Eleição dos Órgãos do Comité Central, pelo que é sugerido que se retome a prática deste movimento, decorrendo da base ao mais alto escalão, isto é, a partir da Célula, aos Comité do círculo, zona, distrital ou de cidade, provincial e central.

ELEIÇÕES

Ao reflectir sobre esta problemática, o Comité Central considerou os aspectos de funcionamento referidos nos debates decorridos tendo concluído que, para permitir uma acção mais coesa dos órgãos executivos ao nível local, a eleição do Primeiro Secretário deve resultar de uma lista por ele encabeçada que é submetida para votação pelo Comité naquele nível.

Com vista a adequar os Estatutos do Partido à nova situação do país, o Comité Central recomenda para a necessidade de uma eventual revisão.

RECOMENDAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DO PARTIDO FRELIMO PARA AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O Comité Central tendo em conta a resolução ora adoptada sobre as eleições autárquicas a terem início em 1997, e com o objectivo de garantir a vitória do Partido FRELIMO nesse processo, recomenda:

1. A criação de um Gabinete de Eleições, permanente e profissionalizado, tendo em conta por um lado que as eleições autárquicas obedecerão a uma maior frequência e, por outro lado, condicionarão de forma decisiva as eleições gerais.

2. A realização de seminários de estudo e divulgação das alterações que forem introduzidas na revisão pontual da Constituição e na Lei 3/94, a Lei dos órgãos locais e outros diplomas legais que forem adoptados.

3. A intensificação de esforços na realização de programas com o fim de resolver os problemas do povo e melhorar a face dos municípios.

4. A criação de mecanismos de articulação do Partido por forma a congregar os esforços a nível do Governo e da Bancada Parlamentar para se concluir a curto prazo as seguintes acções:

— clarificar a natureza e tarefas actuais dos Grupos Dinamizadores;

— clarificar as tarefas e a articulação das autoridades tradicionais com os Órgãos locais do Estado;

— elaborar o projecto de adequação da divisão administrativa ao processo de municipalização

5. Desencadeamento de acções de educação cívica do eleitorado com vista a sua participação consciente e patriótica no processo das eleições.

6. Identificação e projecção de quadros prestigiados que possam ser nossos candidatos aos órgãos municipais e que reúnam capacidades reconhecidas de condução de Homens e de gestão de território de forma a que consigamos que sejam eleitos não só os presidentes mas também o maior número de Deputados do nosso Partido para as Assembleias Municipais.

7. Mobilizar para a nossa causa todas as forças e correntes de opinião tais como Organizações Sócio-profissionais, Confissões Religiosas, Agentes Económicos, Artistas, Grupos Dinamizadores, Autoridades Tradicionais e outras personalidades influentes.

8. Identificar quadros que possam ser devidamente preparados para assistirem e acompanharem as diversas fases do processo eleitoral dentre as quais se destaca o recenseamento e fiscalização do acto eleitoral.

9. Reforçar o relacionamento do Partido com o Governo e os deputados da nossa Bancada Parlamentar de modo a conhecer a fundamentação das medidas tomadas e a tomar, acompanhar as acções de reconstrução nacional em curso à luz do programa do Governo para aumentar a nossa capacidade de argumentação às acções da oposição tendentes a minimizar e subestimar as realizações do Governo do Partido FRELIMO.

10. Reforçar o espírito de vigilância de modo a permitir um conhecimento atempado de todos os factores internos ou externos que possam influenciar a tendência do eleitorado. As sondagens à opinião pública feitas de forma

regular e sistemática podem contribuir para este objectivo.

11. Desencadear um amplo movimento de angariação de fundos para suportar as despesas decorrentes das campanhas eleitorais dos nossos candidatos.

12. Os membros do Comité Central, os dos Comités a todos os níveis, os demais militantes do nosso Partido, os governantes e os deputados devem retomar o trabalho na base, de uma forma sistematizada, valorizando a experiência da campanha eleitoral anterior e prosseguindo a tradição da FRELIMO de diálogo intenso e permanente com as populações.

13. No trabalho de base, devemos ter como preocupações contribuir para a resolução de problemas que afectam a população, promover a imagem do Partido e alargar a sua base social e eleitoral.

RESOLUÇÃO SOBRE O REFORÇO DA BASE MATERIAL DO PARTIDO

1. O Comité Central do Partido FRELIMO, analisou a situação económica e financeira do Partido à luz dos vários documentos apresentados, nomeadamente, os Relatórios da Comissão Política, do Secretariado do Comité Central e a informação sobre a reestruturação do Partido, enriquecidos pelos debates havidos em sessões plenárias.

2. O Comité Central verificou com agrado, o esforço crescente que os militantes e quadros empreendem na busca de alternativas financeiras que permitam um correcto funcionamento do aparelho partidário.

3. O Comité Central debruçou-se sobre o desempenho dos órgãos do Partido FRELIMO no tocante à angariação de fundos para o seu funcionamento regular, nomeadamente, nesta fase de preparação do VII Congresso do nosso Partido e das eleições autárquicas.

4. O Comité Central constatou que o pagamento de quotas decorre de uma forma muito lenta, havendo militantes do Partido que nem sequer cumprem o seu dever.

Registou, porém com satisfação, que há

tendência para uma melhoria na cobrança de quotas desde Outubro de 1995, destacando-se o Comité Provincial de Gaza pelo bom nível de desempenho na angariação de fundos.

5. Sobre outras formas de contribuição, o Comité Central constatou que há projectos e empreendimentos já existentes, que não produzem receitas que o alimentem.

Paralelamente ao esforço que está sendo realizado para uma melhor gestão do património do Partido, novos esforços deverão ser feitos para a criação de novos empreendimentos económicos.

6. O Comité Central orientou os Comités Provinciais no sentido de tomarem a iniciativa de realizar eventos de carácter recreativo de vária índole para angariação de fundos.

7. O Comité Central decidiu que é necessário reforçar os mecanismos de gestão e controlo do seu património, particularmente através de formação e capacitação dos membros encarregues de zelar pela área financeira, devendo-se ao mesmo tempo dotar o aparelho partidário com meios humanos e técnicos adequados para o efeito.

8. Nessa ordem, a Escola Central do Partido deverá ser utilizada para a formação dos seus quadros, para além de estar aberta para a realização de eventos, nomeadamente conferências e seminários, que possibilitem a arrecadação de receitas.

9. No âmbito do Orçamento do Partido e com vista a uma gestão transparente e eficaz, o Comité Central decidiu que se deve garantir a organização de uma administração eficiente e instituir o princípio de realização de auditorias regulares com vista a prevenir, corrigir ou eliminar quaisquer irregularidades que possam ser detectadas.

10. Com vista a imprimir maior agressividade na actuação, o Comité Central decidiu reiterar a necessidade de os Primeiros Secretários do Partido a todos os níveis, apresentarem informes regulares num prazo não superior a três meses sobre a cobrança de quotas.

11. O Comité Central decide que nas suas

sessões e nas dos Comités a todos os níveis, bem como nas Conferências Eleitorais, se institucionalize o princípio de condicionar a participação e votação à situação regular do pagamento das quotas.

12. O Comité Central decidiu que a utilização dos bens do Partido, bem como a cobrança das quotas, devem ser feitas de acordo com as Directivas do Partido existentes sobre esta matéria.

13. O Comité Central instrui ao Secretariado do Comité Central que continue a observar o princípio de condicionar a libertação das verbas orçamentais à prestação de contas.

14. Tendo-se constatado que o valor da quota actualmente cobrada é bastante irrisória, o Comité Central decide que seja observado rigorosamente o princípio geral de aplicação de 1 por cento sobre o salário, para a definição da quota dos membros, ao mesmo tempo que mantém em 500,00Mt a quota mínima dos membros que auferem um rendimento abaixo do salário mínimo.

15. O Comité Central decide que a Comissão Política crie uma comissão de angariação de fundos que deverá periódica e regularmente prestar contas ao Secretário do respectivo nível, num prazo não superior a três meses.

16. O Comité Central insta o Secretariado do Comité Central a proceder à inventariação urgente de todo o património do Partido, a nível Central e Local e assegurar a reavaliação anual do mesmo.

17. O Comité Central aprecia o esforço do empresariado nacional, que apesar de enfrentar dificuldades tem vindo a apoiar material e financeiramente o Partido FRELIMO. Recomenda que os membros do Comité Central assim como os militantes em geral mantenham um contacto permanente com empresários de forma a alargar a nossa base de apoio.

COMUNICADO FINAL

Decorreu de 8 a 11 de Maio de 1996, na Escola Central do Partido na cidade da Matola, a VI Sessão do Comité Central do Partido, para analisar a situação política, económica e social do país, actividades do Partido bem como debruçar-se sobre a preparação do VII Congresso.

O Camarada Presidente do Partido no seu discurso de abertura, em nome do Comité Central saudou os militantes e os simpatizantes da FRELIMO, os camponeses e os assalariados, os Sindicatos e as Associações profissionais que, em condições difíceis, participam na solução dos problemas nacionais e na reconstrução do país.

O Comité Central recordou a memória dos Camaradas Eduardo Arão e de Bernardo Atal Ugembe, membros deste órgão falecidos depois da V Sessão.

O Comité Central, com base nos documentos submetidos pela Comissão

Política, pelo Secretariado, pela Bancada Parlamentar e pelo Governo, desenvolveu um debate franco e directo tendo reiterado que a FRELIMO deve continuar a pugnar por uma sociedade cada vez mais democrática, por um Estado de direito e de justiça social, em que prevaleçam os interesses nacionais, se valorize o trabalho e a intervenção dos trabalhadores na vida económica e social.

Na análise dos diversos pontos da agenda o Comité Central constatou:

I. SOBRE O PARTIDO

O Comité Central apreciou o esforço feito para garantir uma vitalidade crescente dos órgãos do Partido e saudou os relatórios da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central que, pela sua capacidade de análise crítica à ineficiência de alguns sectores da vida

do Partido constituíram uma boa base para os trabalhos desta Sessão.

O Comité Central constatou o crescimento numérico dos membros do Partido e concluiu que ao nível da base se deve prosseguir com as admissões de membros criando uma ampla margem de liberdade de expressão de ideias e de novas propostas para acção de forma a que o princípio de renovação na continuidade coloque na direcção dos órgãos, aos diversos níveis, camaradas que tenham demonstrado qualidades de iniciativa, criatividade e trabalho árduo e comprometidos com a causa da FRELIMO e do povo.

O Partido deve não só reforçar a sua base material e financeira mas também prosseguir com a modernização da sua organização e aparelho. Neste sentido, o Comité Central saudou as medidas iniciadas com vista a alcançar-se esse objectivo e foi peremptório quanto à necessidade urgente de investir em mecanismos de recolha de quotas mensais dos membros do Partido, particularmente nas zonas urbanas.

O Comité Central encoraja os membros e os órgãos do Partido aos diversos níveis para, no espírito de tolerância, o trabalho em conjunto com todas as forças políticas internas e do exterior que, como a FRELIMO, querem o desenvolvimento do país e o bem-estar do povo.

O Comité Central exorta o Governo a melhorar a sua coordenação com o Partido e a Bancada Parlamentar.

O Comité Central instruiu os membros do Partido colocados aos mais diversos níveis do Partido, do Parlamento, do Governo, da Administração, na vida pública e privada para que norteiem sempre a sua actuação nos cargos que ocupam exclusivamente em defesa dos interesses nacionais e no efectivo melhoramento da vida do povo.

Com efeito, as políticas macro-económicas perdem toda a legitimidade quando inevitavelmente conduzam a degradação do nível de vida dos cidadãos, reduzindo-os à miséria absoluta.

II. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O Comité Central saudou o trabalho da Bancada Parlamentar, do Governo e dos militantes pela luta que travam para combater a tendência de precipitar o processo de descentralização como parte de estratégia de minar a Unidade Nacional, lançar o caos e tornar o país ingovernável.

Por isso, o Comité Central reitera o princípio de um gradualismo real e sustentável sob o ponto de vista humana, material, financeiro e de cultura política.

Do mesmo modo, o Comité Central exorta

os militantes, os órgãos do Partido e do Estado a manterem-se vigilantes contra utilizações incorrectas da etnicidade no processo de desconcentração da Administração Pública.

Como sempre, a FRELIMO reitera que a Unidade Nacional é o principal objectivo da sua actuação e instrumento privilegiado na construção da Nação, combatendo todas as manifestações de regionalismo, racismo e tribalismo.

III. SITUAÇÃO POLÍTICA ECONÓMICA E SOCIAL

O Comité Central partilha das preocupações da população sobre o alto custo de vida e reitera a necessidade de se prosseguirem as discussões ao nível da Concertação Social, entre os parceiros sociais, que resultem no aumento do salário real. Devem ser combatidas as tendências que, utilizando o sofrimento do povo, propõem medidas demagógicas e populistas, inviáveis para a solução dos mesmos.

O Comité Central assiste com preocupação à degradação da qualidade de vida dos trabalhadores e dos camponeses para níveis intoleráveis para o ser humano.

O Comité Central é inequívoca e incondicionalmente solidário com os trabalhadores e os camponeses moçambicanos na sua luta por condições melhores e mais dignificantes que lhes são negadas por certas medidas impostas no âmbito dos programas de ajustamento estrutural.

Com efeito, a redução da inflação e o crescimento económico devem ser prosseguidos, harmoniosamente, de tal forma que deles não resulte um maior sofrimento dos moçambicanos.

As instituições financeiras internacionais devem ter em consideração este facto, a situação concreta de Moçambique e a necessidade da sua reconstrução, após longos anos de uma guerra destruidora e num ambiente económico-financeiro internacional pouco favorável aos países pobres.

O Comité Central exorta todo o povo, os trabalhadores e os camponeses, em particular, a continuarem a produzir com abnegação, a não esmorecerem ante tantas dificuldades e a não serem permeáveis às manobras daqueles que tendo sido a causa desses problemas se querem agora arvorar em defensores dos interesses dos trabalhadores.

O Comité Central exorta o Governo a prosseguir com medidas que ampliem o acesso aos direitos constitucionalmente consagrados, nomeadamente, o direito ao trabalho e à iniciativa privada; o direito à segurança social, à saúde, à habitação, ao ambiente e qualidade de vida; o direito à protecção da maternidade, da infância, dos deficientes e da velhice; o direito à educação, à criação cultural e ao desporto.

O Comité Central reafirma que o compromisso que tem com o povo e com o eleitorado é por um FUTURO MELHOR.

O Comité Central orienta o Governo a corrigir a cada momento os desvios detectados para, contra todas as dificuldades, não se



**POR UM FUTURO
MELHOR**